PROVAS OBJETIVAS
-- CONHECIMENTOS BÁSICOS –

"A liberdade medieval", disse o historiador Lord Acton, "difere da moderna nisto: a primeira depende de propriedade". Mas a diferença é certamente uma diferença apenas em grau, não em espécie. O dinheiro pode ter menos influência num tribunal moderno do que num tribunal medieval. Mas e fora do tribunal? Fora, é verdade, estou legalmente livre para trabalhar ou não trabalhar, como eu bem escolher, porque não sou um servo. Estou legalmente livre para viver aqui em vez de lá, porque não estou preso à terra. Eu sou livre, dentro de limites razoáveis, para me divertir como eu bem quiser. Estou legalmente livre para casar-me com qualquer pessoa; nenhum lorde me obriga a casar-me com uma garota ou viúva da mansão senhorial. A lista de todas as minhas liberdades legais ocuparia páginas e mais páginas datilografadas. Ninguém, em toda a história, foi tão livre quanto eu sou agora.

Mas vejamos o que acontece se eu tento fazer uso da minha liberdade legal. Não sendo um servo, eu resolvo parar de trabalhar; como resultado, começo a passar fome na próxima segunda-feira. Não sendo ligado à terra, eu opto por viver em Grosvenor Square e Taormina; infelizmente, o aluguel da minha casa em Londres equivale ao quíntuplo da minha renda anual. Não sendo submetido às perseguições de intrometidos eclesiásticos, eu decido que seria agradável levar uma jovem ao hotel Savoy para desfrutarmos de um jantar; mas não tenho roupas adequadas, e acabo gastando mais no entretenimento da minha noite do que consigo ganhar em uma semana.

Todas as minhas liberdades legais acabam sendo, na prática, tão estreitamente dependentes de propriedade como eram as liberdades dos meus antepassados medievais. Os ricos podem comprar vastas quantidades de liberdade; os pobres precisam se virar sem ela, muito embora, por lei e teoricamente, eles tenham tanto direito à mesma quantidade de liberdade quanto têm os ricos.

Aldous Huxley. **Apontamentos sobre a liberdade e as fronteiras da terra prometida**. *In*: **Música na noite e outros ensaios**. Tradução: Rodrigo Breunig. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2014 (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

1 Dada a relação de contraste estabelecida entre as duas primeiras orações do último período do texto, seria coerente e gramaticalmente correto inserir, entre vírgulas, a expressão **não obstante** logo após "pobres".

2 A ideia principal do texto, cujo autor defende que a liberdade moderna é mais ampla que a medieval, pode ser sintetizada na afirmação "Ninguém, em toda a história, foi tão livre quanto eu sou agora" (último período do primeiro parágrafo).

3 No segundo parágrafo, as orações "Não sendo um servo" (segundo período), "Não sendo ligado à terra" (terceiro período) e "Não sendo submetido às perseguições de intrometidos eclesiásticos" (quarto período) expressam circunstância de concessão nos respectivos períodos em que aparecem.

4 No segundo período do primeiro parágrafo, o emprego do vocábulo "certamente" evidencia que o autor do texto concorda com a opinião do historiador Lord Acton reproduzida no primeiro período, considerando-a indubitável.

5 Uma das estratégias argumentativas empregadas pelo autor é o estabelecimento do contraste entre a dimensão teórica e a dimensão concreta da liberdade, sendo a dimensão concreta indicada por meio de expressões como "fazer uso" (primeiro período do segundo parágrafo) e "na prática" (primeiro período do terceiro parágrafo).

6 O vocábulo "como" apresenta o mesmo valor semântico no trecho "como eu bem escolher" (quinto período do primeiro parágrafo) e no trecho "como eram as liberdades dos meus antepassados medievais" (primeiro período do terceiro parágrafo).

7 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o vocábulo 'difere' (primeiro período do texto) poderia ser substituído por **diferencia-se**.

8 Ao empregar a primeira pessoa do plural em "desfrutarmos" (último período do segundo parágrafo), o autor se aproxima do leitor do texto, incluindo-o, ainda que de modo indireto, na ação expressa por esse vocábulo.

De: Fulano de Tal
Assunto: Alteração do horário das reuniões mensais de alinhamento

Prezados colegas,

Comunico a todos a alteração do horário de realização de nossas reuniões mensais de alinhamento: a partir deste mês, elas ocorrerão às 14 horas, e não mais às 15 horas.

Abraços,

Fulano de Tal
Coordenador
(61)XXXX-XXXX

Considerando que o texto precedente seja um *email* profissional enviado por um coordenador aos colaboradores hierarquicamente subordinados a ele em determinado órgão público, julgue o próximo item, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

9 O campo "Assunto", diferentemente do fecho e da assinatura, está em conformidade com o disposto no referido manual acerca do uso de *email* como comunicação oficial.

O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos, fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e "humanidade". Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de intensidade? Talvez. Mudança de objetivo, certamente.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

Michel Foucault. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1999 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente.

10 Nas relações coesivas do último período, o termo "castigo" substitui, por sinonímia, o vocábulo "expiação".

11 Por meio de diferentes recursos linguísticos, o autor do texto expressa dúvida em relação à redução da intensidade da severidade penal no decorrer dos últimos séculos e ao caráter humanitário atribuído ao afrouxamento dessa severidade.

12 O deslocamento mencionado pelo autor no primeiro parágrafo é explicitado no segundo parágrafo, na resposta que, segundo ele, está "inscrita na própria indagação".

13 No último período do texto, o termo "castigo" é o núcleo do sujeito da oração expressa pela forma verbal "deve suceder".

14 No primeiro período do segundo parágrafo, a flexão da forma verbal "se exerce" na terceira pessoa do singular justifica-se por sua concordância com o termo "corpo", que é o referente do sujeito elíptico da oração em que a referida forma verbal ocorre.

P: Se o condenado não for reincidente em crime doloso, tiver bons antecedentes e tiver cumprido mais de um terço da pena, pedirá o livramento condicional.

Com base na proposição P precedente, julgue os itens que se seguem, considerando apenas os aspectos atinentes à lógica sentencial da proposição.

15 Identificando-se os elementos constitutivos da proposição P que são chamados de precedente e de consequente, verifica-se que a negação do precedente de P é equivalente a: "o condenado é reincidente em crime doloso, tem maus antecedentes e cumpriu menos de um terço da pena".

16 A tabela-verdade associada à proposição P possui mais de 15 linhas.

17 Se P for falsa, então o condenado não pedirá o livramento condicional.

Considere que, em sede de juízo de admissibilidade pela autoridade competente, o pedido de livramento condicional somente seja deferido caso o condenado cumpra três requisitos: não ser reincidente em crime doloso, ter bons antecedentes e ter cumprido mais de um terço da pena. Para avaliação da possibilidade de livramento condicional, um levantamento realizado entre os 300 condenados cumprindo pena em certa unidade prisional revelou que:

- 220 condenados não são reincidentes em crime doloso;
- 180 têm bons antecedentes;
- 160 cumpriram mais de um terço da pena;
- 170 não são reincidentes em crime doloso e têm bons antecedentes;
- 150 não são reincidentes em crime doloso e cumpriram mais de um terço da pena;
- 130 têm bons antecedentes e cumpriram mais de um terço da pena.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

18 As informações fornecidas são suficientes para se concluir que no momento do levantamento todos os condenados cumpriam pelo menos um dos três requisitos mencionados.

19 Selecionando-se ao acaso um dos condenados da unidade prisional, a probabilidade de que ele seja reincidente em crime doloso ou não tenha bons antecedentes é inferior a 40%.

Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Serviço Público — Decreto n.º 1.171/1994 — e na Lei de Conflito de Interesses — Lei n.º 12.813/2013 —, julgue os itens a seguir.

20 Não se submetem ao regime da Lei n.º 12.813/2013 os ocupantes de cargo ou emprego público de natureza especial e os que estiverem em período de afastamento.

21 Compete à Comissão de Ética Pública atuar em situação de conflito de interesses que envolva diretores de autarquias e fundações públicas.

22 Suponha que determinado servidor público, no exercício de suas funções, tenha deixado de utilizar recursos disponíveis de inteligência artificial institucionalmente autorizados. Nessa situação, a conduta praticada pelo servidor público pode configurar violação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público.

23 A consolidação da moralidade do ato administrativo tem como premissa o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade da conduta praticada pelo servidor público.

Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais — Lei n.º 8.112/1990 — e da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens que se seguem.

24 A conduta de, com ciência da inocência do denunciado, representar contra determinado agente público por ato de improbidade administrativa é penalmente tipificada como crime, punível com detenção, sem prejuízo do dever civil de reparação por danos materiais, morais ou à imagem.

25 A pena de destituição do cargo em comissão é aplicável ao servidor público que praticar, entre outras condutas, insubordinação grave em serviço, circunstância que incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.

26 No âmbito da Lei n.º 8.112/1990, as ações para a apuração de infrações disciplinares praticadas por servidores públicos federais puníveis com demissão, suspensão ou cassação de aposentadoria prescrevem em 5 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir da data de cometimento do ilícito.

27 Aplicam-se também as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em casos de prática de ato de improbidade administrativa por pessoa jurídica sancionado como ato lesivo à administração pública no contexto da Lei Anticorrupção.

Espaço livre

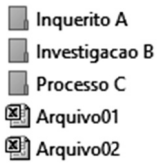
Julgue os próximos itens, relativos a ambiente Windows, segurança da informação e redes de computadores.

28 No *backup* incremental, somente os dados modificados desde o último *backup* são copiados; essa estratégia de *backup* é mais rápida que a do *backup* diferencial, na qual são copiados somente os dados recém-adicionados e alterados desde o último *backup* completo.

29 O *firewall* é mais eficaz que um antivírus para a proteção contra cavalos de troia e *ransomware*, pois cada pacote de dados que trafega na rede é analisado pelo *firewall*, de modo a proteger o computador contra *softwares* maliciosos.

30 No Google Chrome, a verificação das credenciais do usuário consiste no processo de descriptografia da credencial, que, em seguida, é enviada ao Google para comparação com uma lista armazenada contendo dados que foram violados.

31 Considere a figura a seguir, que ilustra o conteúdo do diretório `Meus Documentos` de um computador com Windows 11, consistindo de três pastas e dois arquivos. Nesse caso, para excluir os dois arquivos, mantendo-se as três pastas no diretório, é suficiente selecionar `Meus Documentos` e teclar `Del`.



32 Ainda que aplicativos potencialmente indesejados (PUA) não sejam tecnicamente considerados vírus, o Microsoft Defender Antivirus detecta esses aplicativos e permite que se bloqueie qualquer tentativa de baixá-los, movê-los, executá-los ou instalá-los.

33 A funcionalidade `Desfragmentar e Otimizar Unidades` do Windows 11 permite configurar a memória virtual do computador para melhorar o seu desempenho, ou seja, permite otimizar o espaço em disco rígido e aumentar a disponibilidade da RAM instalada no computador.

34 O Microsoft Defender SmartScreen permite que, utilizando-se o Microsoft Edge, se navegue em *sites* na Internet com mais segurança: ele alerta o usuário sobre páginas da *web* suspeitas e verifica uma lista dinâmica de *sites* de *phishing* e *software* malicioso previamente relatados.

Julgue os itens seguintes com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores.

35 A vedação constitucional à acumulação de cargos públicos é afastada na hipótese de um dos vínculos estatutários ter sido estabelecido anteriormente à promulgação da CF, ainda que haja incompatibilidade de horários.

36 É assegurado ao preso o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, exceto quando esta ocorrer no âmbito de operação sigilosa autorizada por autoridade competente.

37 A dignidade da pessoa humana, além de ser um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, orienta a interpretação e aplicação das normais constitucionais relativas aos direitos individuais.

38 As normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, são irrevogáveis e não admitem restrições por normas infraconstitucionais.

39 A CF assegura aos entes federativos autonomia política e administrativa, sendo vedado à União intervir nos estados ou no Distrito Federal, exceto nas hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional.

Com base nas disposições da CF e no entendimento do STF, julgue os itens que se seguem.

40 O Senado Federal possui competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, exercendo tal controle diretamente, sem necessidade de manifestação da Câmara dos Deputados.

41 Compete privativamente ao presidente da República manter relações com Estados estrangeiros, celebrar tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional, bem como exercer o comando supremo das Forças Armadas.

42 A Polícia Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como atribuição o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União.

Acerca de organização administrativa e agentes públicos, julgue os itens a seguir.

43 Há possibilidade de redistribuição, de ofício, de cargo efetivo ocupado, com vistas ao ajustamento de lotação e força de trabalho às necessidades do serviço.

44 Como a instituição de empresa pública depende de autorização por lei específica, não há necessidade de novo ato legislativo para a criação de subsidiárias.

Julgue os seguintes itens, relativos a poderes administrativos, regime jurídico-administrativo e controle da administração pública.

45 A atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é considerado poder de polícia.

46 As decisões do Tribunal de Contas da União no controle externo da administração pública que resultem em imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo.

47 Uma vez que a administração pública somente pode exigir e fazer o que está previsto em lei, os princípios que a regem são também aqueles expressos em lei.

Em relação a acesso à informação, proteção de dados e processo administrativo federal, julgue os itens que se seguem.

48 O princípio da transparência do setor público veda que um pedido de acesso à informação de órgão público relativa a projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico seja negado, ressalvados os projetos de caráter militar.

49 Os prazos previstos no processo administrativo federal devem ser contados em dias úteis, cabendo ao administrado demonstrar a ocorrência de feriado local que impacte o prazo de recurso a instância superior.

50 Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, considera-se relatório de impacto à proteção de dados pessoais a documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –

No que se refere a fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, julgue os itens que se seguem.

51 A Pesquisa sobre o Perfil de Assistentes Sociais no Brasil do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicada em 2022 apontou que o setor público segue como o principal empregador de profissionais de serviço social no Brasil, o que Iamamoto avaliou, já há mais de uma década, como um dado contraditório, diante, por exemplo, do redirecionamento das ações governamentais públicas e do estabelecimento de seletividade no atendimento aos direitos sociais.

52 O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil ocorreu no contexto do regime militar, em 1965, graças às articulações e ao consenso entre os assistentes sociais que lutavam para ultrapassar as estruturas sociais de dominação.

53 A reestruturação produtiva e as mudanças no modo de produção capitalista trazem impactos para o mundo do trabalho — como precarização, flexibilização, trabalho parcial, redução dos postos de trabalho — e essas mudanças atravessam o assistente social enquanto profissional que atua com trabalhadores(as) e profissional que também é classe trabalhadora.

54 O movimento estudantil teve um papel decisório na crítica ao tradicionalismo no serviço social, assim como para o surgimento do Movimento de Reconceituação no Brasil.

55 A literatura em serviço social registra que as transformações ocorridas no modo de produção capitalista (em tempos de capital financeiro) e seus impactos no mundo do trabalho têm profunda relação com as demandas que se colocam para a profissão, sendo uma das mudanças requisitadas ao profissional de serviço social a superação de sua condição de subalternidade.

Julgue os itens seguintes, com base na Política Nacional de Saúde Mental.

56 A Política de Saúde Mental, embora preveja que prioritariamente o cuidado seja ofertado pelos Centros de Atenção Psicossocial, prevê a possibilidade de internação, desde que seja realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos — no caso de internação psiquiátrica involuntária, deverá o Ministério Público deverá ser comunicado no prazo de setenta e duas horas.

57 Uma das principais mudanças de paradigma de cuidado em saúde mental no Brasil é a diretriz de preferência ao cuidado na perspectiva de serviços comunitários, em detrimento do cuidado centrado em instituições fechadas.

58 As unidades básicas de saúde (UBS) compõem o cuidado em saúde mental dos usuários, embora não seja elencada como um dos componentes dos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Acerca da atuação do serviço social no campo da saúde do trabalhador, julgue os itens que se seguem.

59 Em sua atuação com a saúde do trabalhador, o assistente social deve apresentar uma postura reflexiva e crítica, especialmente na produção de documentos (como relatórios sociais) acerca dos sujeitos, além de ser o responsável direto por desenvolver ações de prevenção da saúde mental dos trabalhadores.

60 Um dos objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNST) é a identificação das atividades produtivas da população trabalhadora, assim como das situações de risco à sua saúde no território, com a realização de vigilância de dados e estudos, área para a qual o assistente social pode apresentar importantes contribuições.

61 O profissional de serviço social que atua na área de saúde do trabalhador pode ser requisitado para diversas frentes, como unidades básicas de saúde, reabilitação previdenciária (em organizações públicas ou privadas) ou Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

62 É possível afirmar que a principal contradição presente na atuação do assistente social na área de saúde do trabalhador se dá pelo não reconhecimento do seu papel para essa área.

Com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social, julgue os itens seguintes.

63 De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, considera-se especialmente grave, para efeito da fixação da pena, a violação ética relativa à revelação de sigilo profissional.

64 Considere que uma assistente social tenha conhecimento de um erro técnico cometido por outro profissional de sua equipe, que resultou em prejuízo a um usuário. Nessa situação, em observância ao dever de praticar a solidariedade com os demais profissionais com quem trabalha, a assistente social poderá eximir-se de tomar alguma atitude, a fim de preservar sua equipe.

65 O assistente social tem permissão para restringir o acesso dos usuários às informações sobre as possibilidades e consequências dos serviços oferecidos, contanto que sejam respeitadas as escolhas finais dos usuários, incluindo o direito de recusar a intervenção.

66 Quando convocado na qualidade de perito, o assistente social deve apresentar à justiça as conclusões do seu laudo, e deve recusar fornecer informações não registradas no laudo pericial que extrapolem a competência profissional.

67 Suponha que um assistente social tenha utilizado, durante período de eleição, veículo institucional para a distribuição de panfletos de um dos candidatos, visando conscientizar a comunidade acerca das propostas assistencialistas por ele defendidas. Nesse caso, a conduta do assistente social está de acordo com as previsões do Código de Ética.

Maria é assistente social há anos em uma instituição de assistência social que atende pessoas com deficiência (PCD). Recentemente, Maria teve conhecimento de que a instituição implantou uma nova norma que restringe determinados grupos de alguns benefícios. Maria tem entre suas atribuições a aplicação da nova norma, e tem consciência de que, se atuar na sua aplicação, estará ferindo os princípios e as diretrizes do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com o que dispõe o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

68 Maria cumpre seus deveres éticos ao questionar sobre uma regra institucional que afeta negativamente alguns dos usuários do serviço, mesmo que isso possa provocar conflitos com a sua chefia.

69 Maria estará sujeita à penalidade de censura no caso de aplicar a norma que restringe direito a usuários e determinados grupos sociais.

70 Maria deve considerar a possibilidade de ajustar sua atuação profissional no âmbito da equipe, buscando atenuar os efeitos dessa nova norma e manter o bem estar institucional.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a dimensão investigativa, processos de planejamento e intervenção profissional no serviço social.

71 O movimento de reconceituação do serviço social latino-americano, iniciado da década de 60 do século passado, fortaleceu o metodologismo tradicional da profissão, enfatizando tanto a neutralidade técnica quanto o papel da política social a um instrumento de gestão eficiente do bem-estar social.

72 A particularização do debate do marco teórico-metodológico da profissão e das matrizes teóricas da área disciplinar nos respectivos campos setoriais da política social indica uma tendência a ao reconhecimento das especificidades dos contextos de intervenção e, consequentemente, das estratégias de intervenção.

73 Na realidade do capitalismo contemporâneo, a articulação entre formação, pesquisa e trabalho profissional no serviço social deve atender prioritariamente à sistematização técnico-operativa da prática profissional, podendo estar desconectados dos projetos de transformação social.

74 É possível discutir as estratégias e técnicas de intervenção com base em quatro questões essenciais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer.

Julgue os itens a seguir, considerando a dimensão técnico-operativa do serviço social, suas técnicas, seus instrumentos, seus procedimentos interventivos e a atuação em equipe.

75 No atendimento a indivíduos, famílias ou grupos, o serviço social deve priorizar a orientação social e a mediação de acesso a direitos e políticas públicas, sem qualquer intervenção com práticas psicoterapêuticas, próprias de outras profissões.

76 A instrumentalidade, compreendida como suporte técnico da ação profissional, é exterior à práxis, servindo como um meio operativo para a execução de tarefas.

77 A instrumentalidade no serviço social pode ser compreendida como o movimento entre as formas do pensar e as formas de operacionalizar as ações profissionais, articulando teoria e prática no exercício da intervenção social.

78 A instrumentalidade é uma categoria privativa e específica do serviço social.

79 É facultado ao assistente social subscrever laudos e pareceres técnicos redigidos em conjunto com outros profissionais, desde que o conteúdo reflita a avaliação consensual da equipe e respeite a interdisciplinaridade, sendo dispensável delimitar a contribuição específica do serviço social no documento técnico final.

80 Ainda que esteja atuando em equipes multiprofissionais, o assistente social estará obrigado a respeitar apenas as normas e os limites legais, técnicos e normativos específicos do serviço social.

Acerca de questão social, direitos de cidadania, e política social, julgue os itens a seguir.

81 No Brasil, as políticas que compõem a seguridade social são universais e contributivas.

82 A política social é compreendida enquanto um campo de mediações de interesses e poderes convergentes, em que os interesses das classes sociais se encontram e se afirmam mutuamente.

83 O primeiro movimento regulatório da proteção social no Brasil destacou a intervenção estatal para o controle da questão social.

84 A questão social brasileira tem suas raízes em um capitalismo de origem híbrida, fruto de um processo colonizatório dependente, com a formação de uma aristocracia latifundiária, que instituiu o modo de produção no Brasil fundado hegemonicamente no trabalho escravo.

85 Segundo Boschetti, o Estado de bem-estar social nega a natureza capitalista do Estado fazendo dele uma esfera neutra de promoção de bem-estar.

86 Os sistemas de proteção social só se concretizaram após a Crise de 1929, com forte expansão no período pós-guerra.

Acerca das políticas sociais, julgue os itens subsequentes.

87 Conforme a Lei da Pessoa com Deficiência, poderão recusar a inscrição de pessoas com deficiência os estabelecimentos de ensino que não dispuserem de condições físicas, educação especial e tutores capacitados.

88 De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, incorre em infração administrativa o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento.

89 As atuais jurisprudências legitimam vários arranjos familiares, como a família homoafetiva e a família anaparental — aquela na qual o grupo familiar não possui pais, mas apenas parentes colaterais, como irmãos.

90 Segundo Behring e Boschetti, a política social é um conjunto de respostas, situado historicamente no capital monopolista com ênfase a partir da segunda metade do século XX, engendradas pelo Estado a fim de mediar os interesses em disputa na sociedade do capital contemporâneo.

91 As contribuições sociais que financiam a seguridade social são compostas puramente pelas receitas da União.

92 De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) trata da gestão das ações na área de assistência social, organizado sob a forma de sistema descentralizado e participativo.

93 As medidas socioeducativas em meio-aberto — a prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida — integram a rede de serviços de média complexidade da Política Nacional de Assistência Social.

94 De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, independentemente da natureza do delito.

95 Uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é a ampliação das alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, com vistas a proporcionar a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.

96 A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com questões de saúde mental, para os efeitos legais.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, considerando-se o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

97 Clara, de 44 anos de idade, usuária de maconha há cerca de dez anos e eventualmente de cocaína há cerca de um ano, procurou o serviço de saúde após uma discussão com a mãe, única familiar com quem mantém vínculos. Nessa situação, a equipe responsável por seu atendimento deve definir um projeto terapêutico padronizado, que inclua a abstinência total.

98 Levado pelos pais a uma unidade básica de saúde, Círio manifestou o desejo de realizar acompanhamento devido ao uso abusivo de drogas, tendo se queixado de ansiedade. Nessa situação, a equipe multidisciplinar responsável pelo seu atendimento deve recomendar a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social de Círio e de seus pais, de modo a considerar suas peculiaridades socioculturais.

99 Em uma consulta de rotina, Carlos revelou ser cuidadoso com sua saúde, bem informado e preocupado em controlar o uso recreativo de substâncias químicas, tendo relatado que faz uso ocasional de drogas, não se considera dependente e tem vida familiar e funcional bastante satisfatória. Nessa situação, o papel do profissional de saúde ficará limitado a atualizar as informações no prontuário, considerando-se que o usuário já tem orientação adequada quanto ao uso eventual de substâncias químicas.

Julgue os itens a seguir, relativos ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

100 O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser organizado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, abrangendo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais.

101 O SISNAD visa, principalmente, contribuir para a inclusão social da família, de modo a torná-la menos vulnerável a assumir comportamentos de risco que contribuam para o uso indevido de drogas.

102 É diretriz do SISNAD o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade familiar e comunitária em relação ao uso indevido de drogas.

103 O SISNAD visa articular, integrar, organizar e coordenar atividades relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, à atenção e à reinserção social de usuários e dependentes e à repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Acerca da construção do projeto ético-político do serviço social, julgue os itens subsequentes.

104 O projeto ético-político do serviço social expressa-se por meio das normatizações da Lei de Regulamentação da Profissão, pelo Código de Ética Profissional e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS).

105 Essa construção se deu em um conjuntura marcada por vários processos de mudança, como a laicização da profissão, a vinculação sócio-política com a classe trabalhadora, o desenvolvimento das entidades organizativas da profissão e a inserção acadêmica e científica da profissão.

Julgue os itens a seguir, relativos aos desafios ao projeto ético- político do serviço social no século XXI.

106 O projeto ético-político do serviço social encontra-se em um momento fundamental de sua trajetória, em que sua reafirmação depende tanto das respostas políticas que as vanguardas acadêmicas darão aos desafios atuais no âmbito do exercício profissional e no campo da formação, quanto das ações dos profissionais nas várias áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

107 O sincretismo prático e o ecletismo teórico são desafios para a elaboração de conhecimento e revigoramento do materialismo histórico-dialético e, consequentemente, para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Julgue os próximos itens com base no Decreto n.º 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação.

108 O referido programa reconhece a importância de proteção de grupos historicamente subalternizados e vulnerabilizados, definidos no seguinte rol taxativo: pessoas idosas; população indígena; praticantes de religiões de matriz africana; mulheres; pessoas com deficiência; população LGBTQIAPN+; população negra; e quilombolas.

109 É prevista a implementação de mecanismos capazes de acolher, orientar e fazer a escuta ativa das pessoas afetadas por assédio moral decorrente de relações de trabalho.

110 O citado programa estrutura-se em sete diretrizes: confidencialidade, universalidade, intersetorialidade, transversalidade, resolutividade, equidade e interseccionalidade de gênero, classe e raça.

Acerca de doenças mentais relacionadas ao trabalho e do sofrimento a elas relacionado, julgue os itens subsequentes.

111 Os atos que exijam processo de tomada de decisões rápida, durante o exercício da profissão policial, podem sofrer interferências se o profissional estiver sob alto nível de estresse, o qual geralmente se manifesta por sintomas psicológicos e físicos, bem como pode estar associado ao aumento do uso de tabaco e álcool.

112 O índice de doenças mentais relacionadas ao trabalho está relacionado ao impacto das transformações do mundo do trabalho, ao ritmo laboral e às expressivas mudanças nos processos produtivos e nas relações de emprego.

De acordo com a Convenção n.º 190 da OIT sobre Violência e Assédio, julgue os itens a seguir.

113 Para a resolução de conflitos em casos de violência e assédio no mundo do trabalho, a referida convenção determina a seus membros a adoção de medidas para a proteção contra a vitimização ou retaliação das pessoas queixosas.

114 Situações de assédio ocorridas durante atividades sociais relacionadas ao trabalho, porém realizadas fora do ambiente laboral, não são reconhecidas pela referida convenção, uma vez que aconteceram fora do espaço institucional.

115 Cada membro da citada convenção deve adotar leis e regulamentos que imponham aos empregadores a observância dos riscos psicossociais associados a violência e assédio, incluída a violência baseada no gênero, no contexto da gestão da saúde e da segurança no trabalho.

Julgue os próximos itens, relativos à avaliação biopsicossocial da deficiência.

116 A avaliação biopsicossocial da deficiência requer equipe multiprofissional e interdisciplinar.

117 O processo de avaliação direcionado pelo modelo biopsicossocial tem caráter colaborativo, pois envolve tanto profissionais de diferentes áreas quanto o próprio indivíduo com deficiência.

118 A avaliação pelo modelo biopsicossocial, introduzido pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e apoiado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, permite uma compreensão mais ampla acerca das dimensões social, cultural e política da deficiência.

Acerca da readaptação funcional, julgue os itens subsequentes.

119 A inexistência de cargo vago é fator impeditivo para a efetivação da readaptação de um servidor, o qual, nessa hipótese, deve aguardar o surgimento de vaga para iniciar o exercício de suas atribuições.

120 É garantida ao servidor julgado incapaz para o exercício do serviço público a readaptação, isto é, a investidura em cargo com atribuições compatíveis com sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Espaço livre